



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Relação entre a Adoção das IFRS e o Investimento Direto Estrangeiro

Carolina Carvalho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: carolina.lopes.carvalho@gmail.com

Romina Batista de Lucena de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: rominabls@gmail.com

Edilson Paulo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: prof.edilson.paulo@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o efeito da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nos fluxos de entradas e saídas de investimentos diretos estrangeiros (IDE) dos países membros da Organização Mundial do Comércio, no período de 2000 a 2017. Pela associação desses investimentos com o crescimento econômico, diversas políticas públicas visam atrair IDE, pois muitas corporações em expansão buscam vantagens para abrir negócios em economias estrangeiras. As diferenças entre relatórios financeiros tendem a ser uma barreira para a expansão desses investimentos. Sendo assim, espera-se que a adoção das IFRS impulse o aumento dos investimentos estrangeiros devido a melhoria do conteúdo informacional e obtenção de maior confiança nos investidores. Esta pesquisa utilizou-se uma amostra com os países membros da Organização Mundial do Comércio e o período compreendido entre 2000 a 2017, segue empregado a regressão com dados em painel. Os resultados indicam uma relação significativamente positiva entre a adoção obrigatória das IFRS e o aumento dos fluxos de entradas e saídas de IDE no ano que cada país passou a requerer as normas para companhias abertas. Tal efeito não foi percebido nos fluxos de IDE no período anterior a adoção obrigatória, quando as normas eram apenas permitidas ou consideradas. Já o efeito ao longo do tempo pós-adoção obrigatória das IFRS gerou uma redução significativa nos fluxos de IDE. Portanto, os resultados desta pesquisa sugerem que a adoção das IFRS gera a percepção de melhor conteúdo informacional, atraindo maior volume de investimentos estrangeiros quando da sua adoção.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro; Normas Contábeis Internacionais; *International Financial Reporting Standards*; Contabilidade Financeira.

Linha Temática: Convergência das normas contábeis

1 Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, após 1945, a economia global foi marcada pelo aumento do comércio exterior e dos investimentos estrangeiros (ALMEIDA, 2001). Nesse sentido, os fluxos de capital, principalmente na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), evidenciaram a internacionalização da atividade econômica (THOMPSON, 2000). Desde meados dos anos 1960, a conjuntura econômica mundial era assinalada pela ampliação da competitividade entre grandes empresas multinacionais japonesas e alemãs e, nos anos 1970 e



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1980, pelos fluxos das políticas monetária e cambial dos Estados Unidos, gerando um processo de acirramento da competição do comércio global (CURADO; CRUZ, 2012).

Essa expansão do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro elevou a Contabilidade a um novo patamar de importância a nível mundial, uma vez que, a globalização da economia é a principal responsável pelo processo de harmonização contábil (NIYAMA, 2010). Assim, o fluxo da economia instigou os maiores organismos contábeis ao redor do mundo a deliberar sobre questões normativas de uma forma geograficamente mais abrangente (ZEFF, 2014, p. 302).

A convergência às Normas do IASB se estabeleceu como política que visa reduzir a assimetria e os custos de processamento de informações e, assim, aumentar a transparência e compreensão dos relatórios financeiros, melhorando a comunicação com os investidores e aquecendo o mercado de investimentos estrangeiros (GORDON; LOEB; ZHU, 2012). Sendo parte dos investimentos transfronteiriços, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) se distingue por ser um investimento que representa, na maioria das vezes, interesses duradouros numa economia estrangeira, em contrapartida ao investimento em portfólio (COHEN, 2007). O IDE pode ser compreendido como uma estratégia de internacionalização de investimentos, sendo um processo em que uma empresa nacional fornece capital, tangível ou intangível, para uma produção ou uma filial em um país estrangeiro. Tais investimentos são referidos, geralmente, como empresas multinacionais em expansão em muitos mercados. O IDE tem um importante papel em economias emergentes no que corresponde a geração de recursos e equilíbrio das poupanças internas (HEARN; PIESSE; STRANGE, 2010).

Entre as principais vantagens relacionadas ao aumento de IDE, dá-se destaque aos ganhos em tecnologia (JAVORCIK, 2004); o IDE é concebido também como um promotor do crescimento da economia entre fronteiras, com geração de empregos e conseqüente maior fluxo de renda nos mercados internos (LIMA; OLIVEIRA, 2015). O IDE age como um veículo de transferência de tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (ALVARADO; IÑIGUEZ; PONCE, 2017). Nesse sentido, a decisão institucional de adoção das IFRS tem a prerrogativa de ampliar o acesso aos mercados internacionais, uma vez que, na medida em que a adoção de IFRS por um país leva a um aumento na transparência dos relatórios financeiros, a adoção das IFRS também tende a direcionar as empresas e os indivíduos a buscar alternativas de expansão de seus investimentos além das barreiras nacionais (CHEN; DING; XU, 2014).

Nesse contexto, a Teoria da Contingência se destaca como a ligação entre a adoção de um padrão único de contabilidade e o crescimento dos investimentos internacionais (NNADI; OMOTESO; YU, 2015), a qual indica que a eficácia de uma empresa depende de quanto está alinhada ao contexto em que ela está inserida, sendo necessário observar, portanto, os fatores de contingência (ambiente e estratégia) para alavancar seu desempenho (DONALDSON, 2001). Nesse sentido, tanto a abordagem dos fatores contingenciais que definem as oscilações dos investimentos transfronteiriços (AHARONI, 2014), como o destaque das políticas usadas como estratégia para atrair tais investimentos (BUI; DE VILLIERS, 2017) e, entre essas estratégias, a adoção das IFRS (BEN OTHMAN; KOSENTINI, 2015; NNADI; OMOTESO; YU, 2015).

A adoção das IFRS tende a aumentar os fluxos de investimentos ao melhorar a qualidade das informações financeiras e, por conseqüência, atrair mais investidores de outros países, bem como, impulsionar investidores locais a aplicarem seu capital em uma economia estrangeira (MITA; UTAMA; WULANDARI, 2018). Somado a isso, existe uma tendência de redução de custos de investimentos entre países que adotam o mesmo padrão contábil, quebrando mais uma barreira em investimentos transfronteiriços (CHEN; DING; XU, 2014).

Diante do exposto, tem-se a seguinte questão: *Qual a relação entre adoção das*



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



International Financial Reporting Standards (IFRS) com as variações nos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) nos países membros da Organização Mundial do Comércio, no período de 2000 a 2017? O presente estudo tem por objetivo analisar o efeito da adoção das *International Financial Reporting Standards (IFRS)* nos fluxos de entradas e saídas de investimento direto estrangeiro (IDE) dos países membros da Organização Mundial do Comércio, no período de 2000 a 2017.

A relevância em compreender a relação da adoção das IFRS com os fluxos de IDE se justifica, pelos seguintes motivos: i) para os países pioneiros, como os membros da União Europeia, há um período maior de tempo pós-adoção obrigatória, fato que amplia a capacidade de análise dos efeitos da adoção das IFRS no tempo; ii) há uma maior quantidade de países na amostra que adotaram as IFRS, o que reduz os efeitos de características individuais desses países, permitindo, também, que as análises se estendam para um maior número de economias em desenvolvimento, para as quais se atribui um maior ganho em qualidade de informação contábil pós convergência. Dessa forma, buscou-se verificar também se o tempo pós-adoção obrigatória das IFRS poderia ser relacionado com um aumento nos fluxos de IDE, considerando que os efeitos pós-adoção obrigatória não são imediatos. O presente estudo avaliou os efeitos das IFRS, quando as normas já eram permitidas ou pelo menos consideradas em norma nacional, na intenção de identificar se tal fato já seria suficiente para aumentar a confiabilidade dos investidores, com base no comportamento dos investimentos estrangeiros em portfólio que são influenciados por notícias relacionadas à macroeconomia (KIM; SALEM; WU, 2015).

A delimitação da pesquisa é comparar a adequação às normas contábeis nos países membros da Organização Mundial do Comércio que adotaram plenamente as IFRS. Além desses países, também são consideradas as jurisdições em que as IFRS ainda não são obrigatórias para as companhias de capital aberto, mas que já houve um pronunciamento das autoridades do país, por meio de norma local, indicando a adoção em período futuro.

2 Fundamentação Teórica

A ideia inicial da Teoria da Contingência surgiu na década de 1970, no intuito de explicar variações da prática de contabilidade gerencial (OTLEY, 2016). A essência dessa Teoria é indicar que a eficácia de uma empresa depende de quanto está alinhada ao ambiente em que ela está inserida, considerando fatores externos e internos à organização; tendo a eficácia ligada ao desempenho da empresa, que deve, portanto, observar os fatores de contingência (ambiente e estratégia) para alavancar seu desempenho; desta forma, a abordagem da Teoria da Contingência mostra uma relação de interdependência entre estrutura da organização e os fatores de contingência (Donaldson, 2001).

Sumariamente, a relação do IDE com a adoção das IFRS, remetem ao conceito da Teoria da Contingência; no sentido da adequação das empresas às Normas Contábeis Internacionais como uma forma de alinhamento ao ambiente em que estão inseridas, ajustando-se estrategicamente com a finalidade de obterem maiores ganhos ou, pelo menos, evitarem maiores prejuízos (NNADI; OMOTESO; YU, 2015).

O investimento direto estrangeiro (IDE) é uma das modalidades de internacionalização dos investimentos, por meio dos quais empresas e indivíduos mantêm ativos em países estrangeiros (RAZIN; SADKA, 2012). Trata-se de uma das subcategorias de investimentos internacionais, caracterizados pela aquisição de direitos de residentes de um país, que empregam seu capital em um país estrangeiro (SCHLEE, 2005).

O IDE promove o comércio internacional através do acesso a mercados e, em um contexto político adequado, o IDE desempenha um papel significativo de desenvolvimento de empresas locais, contribuindo com a transferência de tecnologia e know-how, situação



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



experimentada especialmente por economias em desenvolvimento (JAVORCIK, 2004; OECD, 2008). O crescimento dos fluxos de IDE nas últimas décadas tem instigado o desenvolvimento de estudos não só sobre a sua relação com o desenvolvimento econômico, mas também, com o objetivo de identificar quais fatores estão atrelados às oscilações desses investimentos.

O IDE pode ser conceituado, assim, como uma estratégia de internacionalização de investimentos, na qual uma empresa estabelece uma presença física no exterior através da participação direta de ativos produtivos, como investimento financeiro de capital, tecnologia, mão-de-obra, bens imóveis e equipamentos, por exemplo; e por comprometer recursos substanciais para estabelecer uma presença física em países alvo, o investidor de IDE aceita um maior risco em relação a outras modalidades de investimento (CAVUSGIL *et al.*, 2014).

Entre os fortes atrativos para aplicar o capital em uma entidade de IDE, destaca-se a possibilidade de empreender em uma economia que supere as desvantagens competitivas de seu país de origem, ou seja, que a legislação do país anfitrião do IDE deve ajudar a compensar a responsabilidade e os custos do investimento estrangeiro (STOIAN; MOHR, 2016). Parte-se dos antecedentes de alguns achados empíricos de que o IDE proporciona avanços tecnológicos e crescimento econômico aos países anfitriões (IAMSIRAROJ; ULUBAŞOĞLU, 2015; MAKIELA; OUATTARA, 2018); o que leva os países emergentes a adotarem políticas que estimulem a entrada de capital na modalidade de IDE (ADAMS; OPOKU, 2015). Além dos avanços tecnológicos, o IDE também está relacionado a geração de empregos no país anfitrião, pela relação entre a atuação de empresas multinacionais e a geração de empregos no país anfitrião (LIMA; OLIVEIRA, 2015).

Em contrapartida aos benefícios do IDE, a dependência econômica de alguns países é um dos aspectos negativos desse tipo de investimento, realçado que pela exploração da força de trabalho e dos recursos naturais resultariam mais malefícios do que benefícios para o país que recebe os investimentos (CARDOSO; FALETTA, 2008). A adoção das IFRS é geralmente descrita como um processo de harmonização, padronização ou convergência das normas contábeis internacionais. Contudo, não obstante serem algumas vezes citados como sinônimos, esses três conceitos remetem a diferentes graus de adequação às normas contábeis emitidas pelo IASB. O termo convergência está relacionado aos outros dois conceitos, enquanto a padronização e harmonização são aplicações da norma em graus opostos (DOLABELLA, 1996). Para a IFRS Foundation os processos de harmonização não são substituem a adoção integral das normas; o objetivo do IASB é que as jurisdições adotem plenamente as IFRS. A harmonização pode ser uma estratégia da adoção plena das IFRS, numa primeira etapa o país pode optar por harmonizar seus GAAPs com as IFRS, pois em alguns casos pode não ser possível executar a padronização contábil em única etapa. (IFRS, 2013).

Iamsiraroj (2016) investigou a ligação entre o crescimento econômico e o IDE, conjuntamente, analisou a existência de uma relação bidirecional entre esses dois fatores, ou seja, sobre se o crescimento econômico de uma nação atrai mais IDE e se um maior fluxo de IDE neste país eleva o crescimento na economia. Pesquisando o período de 1971 a 2010, em uma amostra de 124 países, o autor encontrou resultados que indicam que o IDE está positivamente associado ao crescimento, atestando também a relação bidirecional, considerando que a força de trabalho, a abertura comercial e a liberdade econômica são outros determinantes fundamentais do IDE, os quais estimulam ainda mais o crescimento da renda dos países.

Xu (2018) examinou a relação entre a liberdade econômica e o IDE bilateral, variável que mensura o fluxo de fundos e não a propriedade final de IDE (GOPALAN; RAJAN, 2016). Por meio de análise de regressão, com uma amostra de 155 países, os resultados da pesquisa indicaram que a liberdade econômica tanto do país de origem quanto do país anfitrião está



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



positivamente correlacionada com o investimento direto bilateral, sendo que, a liberdade econômica do país de origem tem um poder explicativo ainda mais forte para o investimento estrangeiro direto. Além da variável indicativa da liberdade econômica, os resultados para o PIB e PIB per capita também indicaram uma relação positivamente significativa com o IDE.

Stoian (2013) pesquisou os efeitos de variáveis institucionais para saídas de IDE (*outflows*), em uma amostra de 20 países da Europa Central e Oriental, no período de 1996 a 2010. Os resultados reafirmam a base teórica do estudo, indicando que a inclusão de variáveis institucionais aumenta o poder explicativo dos modelos de regressão, assim como, para amostra escolhida, a política de concorrência e as reformas institucionais globais foram determinantes na explicação dos fluxos de IDE para o exterior. As variáveis utilizadas para explicar os *outflows* de IDE incluem o PIB, PIB per capita, abertura comercial, nível tecnológico, índice indicador de privatizações, taxa de câmbio e população; além de outras variáveis institucionais, tais como, indicadores de reestruturação de empresas e reformas de liberação cambial.

Concentrando a atenção nas alíquotas efetivas e estatutárias de impostos corporativos e seu impacto no IDE, Hunady e Orviska (2014) buscaram identificar os principais fatores determinantes do IDE nos países da União Europeia. A análise, com base em modelos de regressão de dados em painel, foi desenvolvida entre os anos de 2004 e 2011, e indicou um efeito significativo dos custos trabalhistas, abertura comercial, custos de demissão dos trabalhadores, PIB per capita e dívida externa no país. Também, houve indícios de um impacto negativo da crise financeira e econômica nos fluxos de IDE. Mas os impostos corporativos não demonstraram relação significativa com o IDE nos países da União Europeia.

Brada *et al.* (2019) examinaram a relação entre o IDE e o nível de corrupção nos países investidores e nos países anfitriões das empresas multinacionais, analisando separadamente os fluxos e influxos de IDE como variáveis dependentes de modelos de regressão. Os resultados indicaram que o IDE está associado negativamente tanto pelo nível de corrupção no país anfitrião, como pelas diferenças na corrupção nos países investidores, ou seja, as empresas multinacionais tendem a investir mais e com maior frequência em países com níveis semelhantes de corrupção e menos em países com diferentes níveis de corrupção. Entre outras variáveis avaliadas, além das associadas a corrupção, cabe destacar que o PIB e o fator de distância entre países foram estatisticamente significativos no estudo, o primeiro com sinal positivo e o segundo com sinal negativo.

Mihalache-O'Keef (2018) pesquisou a relação entre o IDE e o surgimento de conflitos civis, com uma amostra de 70 países em desenvolvimento e em transição, no período de 1980 a 2013. Os resultados da pesquisa validaram a problemática levantada e indicaram também que, alguns tipos de IDE influenciam na redução do risco de conflitos, como o setor de serviços, enquanto outros ramos de IDE exacerbam os conflitos civis, como o setor primário. Outras variáveis do modelo indicaram relação estatisticamente significativa em relação ao IDE, como o PIB per capita, população e instabilidade do regime político.

Vadlamannati, Janz e Berntsenc (2018) investigaram se as condenações públicas dos órgãos de direitos humanos das Nações Unidas levam à perda de IDE para regimes abusivos. Para medir tal relação, os pesquisadores utilizaram índices como número de condenações em relação aos direitos humanos, índices de crise econômica e de terror político; tendo como hipótese de pesquisa que esses fatores tendem a influenciar os investidores estrangeiros. Os autores encontraram resultados que apontaram a relação de redução da entrada de IDE em países com maiores números de condenações relacionadas aos direitos humanos e maior índice de terror político, quanto a medida referente à crise econômica não apresentou resultado significativo. Além dessas variáveis, o PIB per capita, a abertura comercial e o tamanho da população apresentaram significância estatística no modelo, com sinal positivo.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Konara e Wei (2019) investigaram se o fator do idioma entre países e de variáveis ligadas ao capital humano influenciam nas variações de fluxo de IDE. Tendo como variável dependente o IDE bilateral, com uma pesquisa desenvolvida no período de 1995 a 2008, os resultados apontaram para uma relação significativa entre o capital humano e o IDE, com evidências de que empresas multinacionais podem alavancar o capital humano no país anfitrião, mas que essa consequência tem no idioma um fator determinante. Além do capital humano, os resultados indicaram uma relação positivamente significativa com o IDE para as variáveis PIB, PIB per capita e população.

Para investigar o efeito da adoção das IFRS na magnitude do IDE, Gordon; Loeb; Zhu (2012) examinaram as entradas totais de IDE de 124 países, entre os listados no *World Development Indicators* (WORLD BANK, 2018), no período de 1996 a 2009. Tendo como variável dependente de um modelo de regressão os *inflows* de IDE, os resultados do estudo corroboram o argumento de que a adoção das IFRS está positivamente associada a um aumento nos fluxos totais de IDE para os países da amostra. Contudo, os autores analisaram também separadamente os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, tal análise indicou que o resultado foi impulsionado pelo resultado dos países desenvolvidos, uma vez que, na medida isolada dos países emergentes, estes últimos não apresentaram relação significativa entre os fluxos de IDE e a adoção das IFRS.

Chen, Ding e Xu (2014) analisaram a variável institucional, a adoção das IFRS, tendo como base o paradigma de OLI (DUNNING, 1988). Os autores utilizaram como *proxy* da adoção das IFRS um índice de conformidade com as IAS, assim, os valores de conformidade variavam de 0 a 111, sendo que cada um desses 111 pontos estava relacionado a exigências constantes nas normas do IASB. O estudo foi aplicado para uma amostra de 30 países membros da OECD, com a análise dos dados em séries temporais em dois momentos, 2001 e 2005. Cabe destacar que o índice foi criado com base apenas nas antigas normas do IASC, não incluindo nenhuma IFRS, logo, alguns itens do índice não estão mais em vigor, devido a reformulação ou revogação das Normas. Os resultados do estudo indicaram uma relação de significância positiva com os fluxos de IDE com PIB, PIB per capita e *Rule-of-Law*.

Nnadi e Soobaroyen (2015) desenvolveram um estudo com o objetivo de verificar se o IDE sofreu alterações com a adoção das IFRS no continente africano. Classificando os 34 países da amostra em três níveis de adoção das IFRS (adoção plena, adoção parcial e adoção modificada), para o período de 1990 a 2014, os autores encontraram resultados que sugerem que os países africanos ao adotarem o conjunto completo das IFRS, receberam menos IDE que os outros países. Os autores inferiram que tal resultado, sobre a associação negativa entre IFRS e IDE, pode ser explicado pelo motivo de os investidores terem acesso a fontes mais detalhadas de informações sobre as empresas domésticas. Neste sentido, níveis mais altos de transparência nos relatórios financeiros decorrente da adoção das IFRS nem sempre podem representar benefício para atrair investimentos; e ainda, entendem que a implementação de IFRS pode ser vista como um custo significativo para o investidor estrangeiro. Sendo assim, outros fatores são mais importantes para atrair IDE para os países africanos. Outros achados do estudo indicaram que as variáveis PIB, abertura ao comércio, percepção da corrupção e sistema legal dos países estão positivamente relacionadas ao IDE; a *proxy* para infraestrutura, número de assinaturas para linhas de telefone fixo, foi relacionada ao IDE com significância negativa.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa, descritiva e documental, sendo que a coleta foi realizada nos bancos de dados da IFRS Foundation, IAS Plus, World Bank. A população foi composta por países que adotaram as IFRS, para os quais poderia se estabelecer



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



uma relação entre a adoção das Normas e as variáveis de IDE; sendo que a amostra foi composta por 124 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). A definição da amostra pressupõe que os países membros da OMC estão alinhados com a visão da Organização que é expandir as transações comerciais entre países, assegurando condições de concorrência equitativas, na busca pelo crescimento econômico e desenvolvimento de seus membros (WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO, 2018).

A Tabela 1 apresenta as divisões da amostra por classificação econômica, países desenvolvidos, em desenvolvimento e em transição, sendo estabelecidas com base nos estudos das Nações Unidas (UN, 2019).

Tabela 1. Composição da amostra por classificação econômica

Classificação	IFRS não requerido	IFRS requerido até 2017	Amostra	%
Países desenvolvidos	1	34	35	28%
Países em transição	0	8	8	6%
Países em desenvolvimento	24	57	81	65%
Total	25	99	124	100%

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Observou-se que a maioria dos 25 países que ainda estão em fase de adoção das IFRS, 24 são países em desenvolvimento, sendo apenas o Japão o país desenvolvido. Destaca-se ainda que, uma parcela relevante dos países em desenvolvimento ainda não requer IFRS, cerca de 30% do total de países em desenvolvimento que compõem a amostra.

O ano de início do período da pesquisa, 2000, foi escolhido com o objetivo de captar efeitos de um ano anterior a transformação do IASC em IASB, destacando que só a partir de 2001 houve uma política intensiva do principal órgão da Contabilidade mundial em direção a convergência das Normas Contábeis Internacionais.

As plataformas da IFRS Foundation e da Deloitte Touche Tohmatsu foram o banco de dados para criação das variáveis relacionadas às IFRS, relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa. As demais variáveis do estudo foram coletadas do banco de dados Euromonitor International, da organização International Transparency (2018), do World Bank (2018), da United Nations - UN (2019) e da United Nations Education, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

Variáveis dependentes	Descrição	Fonte de dados	
<i>IDEin</i>	Entradas líquidas de IDE. Unidade de medida: dólares americanos.	World Development Indicators, World Bank Data	
<i>IDEout</i>	Saídas líquidas de IDE. Unidade de medida: dólares americanos.	World Development Indicators, World Bank Data	
Variável explicativa	Descrição	Sinal Esperado	Fonte dos Dados
<i>DmIFRSreq</i>	IFRS requerido: <i>dummy</i> , atribuiu-se valor 1 para anos que as IFRS adotadas para companhias de capital aberto e valor 0 para os outros anos.	+	IFRS Foundation / IAS Plus
<i>DmIFRSpc</i>	IFRS permitido ou considerado: <i>dummy</i> , atribuiu-se valor 1 para anos que as IFRS foram permitidas ou consideradas por lei (mas não obrigatórias) para empresas de capital aberto e 0 para os outros anos.	+	IFRS Foundation / IAS Plus



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



<i>TempIFRSreq</i>	Efeito do tempo pós adoção requerida: valor 1 para o primeiro ano de adoção obrigatória das IFRS para companhias de capital aberto, somando-se 1 para cada ano pós adoção. Valores variam de 0 a 17.	+	IFRS Foundation / IAS Plus
<i>PIB</i>	Produto Interno Bruto com valores em dólares americanos.	+	World Development Indicators, World Bank Data
<i>PIBPC</i>	Produto Interno Bruto per capita com valores em dólares americanos.	+	World Development Indicators, World Bank Data
<i>Popul</i>	População: estimativa do número total de residentes em um país, independentemente da situação legal ou cidadania.	+	World Development Indicators, World Bank Data
<i>AbCom</i>	Abertura Comercial: razão da soma de exportações e importações pelo PIB.	+	World Development Indicators, World Bank Data
<i>Infra</i>	Infraestrutura - <i>proxy</i> usuários de telefone celular: porcentagem de assinantes de linhas de celular.	+	World Development Indicators, World Bank Data
<i>Lei</i>	Força da Lei (<i>Rule-of-Law</i>): índice que reflete as percepções sobre a confiança dos agentes nas regras e regulamentos da sociedade, a qualidade da polícia, os direitos de propriedade, a execução de contratos, os tribunais e a probabilidade de crime e violência.	+	Euromonitor International
<i>Corrup</i>	Percepção da corrupção: índice que reflete a corrupção percebida por empresas e empreendedores.	+	International Transparency
<i>Infla</i>	Inflação: medida pelo índice de preços ao consumidor reflete a variação percentual anual no custo para o consumidor médio de adquirir uma cesta de bens e serviços (taxa anual).	-	World Development Indicators, World Bank Data
<i>CapHum</i>	Capital Humano - taxa bruta de matrícula no ensino fundamental: razão do total de matrículas, independentemente da idade, para a população da faixa etária que oficialmente corresponde ao nível de escolaridade mostrado.	+	UNESCO – UIS Stat

Figura 1. Variáveis Dependentes e Independentes

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para analisar os dados da pesquisa, utilizou-se regressão linear múltipla, com a finalidade de criar modelos com variáveis explicativas que tivessem a capacidade de prever as variações de IDE. Sendo assim, a partir dos objetivos específicos, duas equações de regressão foram construídas para analisar se a adoção obrigatória das IFRS (*DmIFRSreq*), a adoção permitida ou considerada das IFRS (*DmIFRSpc*) e o efeito do tempo pós adoção obrigatória das IFRS (*TempIFRSreq*) produziram efeitos sobre os fluxos de IDE (Equação 1).

$$IDEinPIB_{it} \text{ ou } IDEoutPIB_{it} = \beta_0 + \beta_1 DmIFRSreq_{it} + \beta_2 DmIFRSpc_{it} + \beta_3 TempIFRSreq_{it} + \beta_4 \log(PIB)_{it} + \beta_5 PIBPC_{it} + \beta_6 \log(Popul)_{it} + \beta_7 AbCom_{it} + \beta_8 Infra_{it} + \beta_9 Lei_{it} + \beta_{10} Corrup_{it} + \beta_{11} Infla_{it} + \beta_{12} CapHum_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

em que:

IDEinPIB = razão das entradas de IDE (*inflows*) pelo PIB;

IDEoutPIB = razão das saídas de IDE (*outflows*) pelo PIB;

DmIFRSreq = *Dummy* relativa a adoção requerida das IFRS;



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



$DmIFRSpc$ = *Dummy* relativa a adoção permitida ou considerada das IFRS;

$TemIFRSreq$ = Medida do efeito do tempo da adoção requerida das IFRS;

PIB = Produto Interno Bruto;

$PIBPC$ = Produto Interno Bruto per capita;

$Popul$ = População;

$AbCom$ = Abertura Comercial;

$Infra$ = Infraestrutura;

Lei = Força da Lei (*Rule-of-Law*);

$Corrup$ = Percepção da Corrupção;

$Infla$ = Taxa de Inflação;

$CapHum$ = Capital Humano;

β_0 = Constante (intercepto);

ε = Erro;

i = País;

t = Período (em anos).

Para a correção de problemas de heterocedasticidade no modelo, devido à alta volatilidade dos dados do PIB e da população, utilizou-se nas regressões o logaritmo das variáveis, o que é recomendável quando os dados assumem apenas valores positivos, para corrigir a volatilidade em relação às demais variáveis. Por essa razão, não se empregou o uso da variável logaritma para os fluxos de IDE, uma vez que muitas observações seriam excluídas da amostra, por apresentar valores negativos. No caso dos valores dos fluxos de IDE, a volatilidade dos dados foi corrigida pela divisão dos valores de IDE_{in} e IDE_{out} pelo PIB, dessa forma, assim como nas pesquisas de Nnadi e Soobaroyen (2015) e Iamsiraroj (2016), as variáveis independentes são analisadas com uma relação mais representativa da importância dos fluxos de IDE em cada jurisdição, uma vez que, um mesmo valor de entrada ou de saída de recursos tem relevâncias econômicas diferentes em cada país; sendo assim, medir o IDE sob a ótica do PIB condiciona os fluxos de investimentos ao tamanho de cada economia.

Os dados foram dispostos em painel não balanceado e os modelos escolhidos para as regressões, entre Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), Efeitos Aleatórios ou Efeitos Fixos, tiveram como base o teste de Breusch-Pagan e o teste de Hausman.

4 Análise Dos Resultados

4.1 Análise Descritiva

As estatísticas descritivas gerais da amostra são apresentadas na Tabela 2. Para esta estatística, foram retiradas as variáveis binárias, portanto, entre as variáveis relacionadas com as IFRS, apenas a medida do tempo de adoção obrigatória foi incluída ($TempIFRSreq$).

Tabela 2. Estatística descritiva das variáveis

Variável	Observações.	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Unidade
TempIFRSreq	2232	3,34	0,00	17,00	4,47	Anos
IDEin	2209	9,70	-39,48	734,01	32,21	Em bilhões de USD
IDEout	2081	10,34	-113,92	596,51	37,24	Em bilhões de USD
IDEinPIB	2206	0,06	-0,58	4,52	0,19	Taxa (IDEin/PIB)
IDEoutPIB	2078	0,03	-0,90	2,20	0,14	Taxa (IDEout/PIB)
PIB	2228	271,26	0,33	6.203,20	678,79	Em bilhões de USD
PIB per capita	2211	13.786,00	138,92	119.230,00	18.353,00	Em USD
Capital Humano	1884	103,04	32,32	150,79	13,34	Taxa anual



100% ON-LINE

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting CongressA Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



Inflação	2077	5,48	-9,62	325,00	12,23	Taxa anual
Ab. Comercial	2174	91,69	0,17	442,62	58,38	Taxa anual
Infraestrutura	2221	76,89	0,00	249,02	48,75	Taxa anual
População	2232	21.143,00	33,29	209.290,00	33.551,00	Em mil habitantes
Corrupção	1945	45,70	4,00	100,00	21,78	Índice
Lei	2232	0,12	-2,30	2,10	1,00	Índice

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os fluxos de IDE foram medidos em valores absolutos, para os quais se observa um amplo intervalo entre os valores máximos e mínimos, demonstrando a grande volatilidade dos dados resultante da diferença entre a capacidade econômica dos países da amostra. Destaca-se que, observando as médias e fluxos mínimos e máximos, a tendência é que haja mais saídas de recursos na forma de IDE do que entradas. Demonstrou-se, também, na tabela das estatísticas descritivas as variações do *IDEin* e *IDEout* em relação ao *PIB*; sendo a demonstração dessa taxa importante para a análise dos resultados da regressão, uma vez que *IDEinPIB* e *IDEoutPIB* são as variáveis dependentes das equações de regressão.

Outras medidas com maior volatilidade que os fluxos de IDE são o PIB e a população. Enquanto o menor país possui cerca de 3 mil habitantes, o maior país da amostra tem a estimativa de 209 milhões de habitantes. Da mesma forma, o PIB varia entre o mínimo e o máximo em cerca de 96%. Tal fato justificam a necessidade de corrigir a volatilidade desses dados com a aplicação da variável logaritma para os modelos de regressão.

4.2 Análise do Modelo Operacional

Para determinar entre os modelos MQO e efeitos aleatórios, foi efetuado o teste de Breusch-Pagan. O resultado do teste apontou um p-valor igual a probabilidade (qui-quadrado $(1) > 2641,42) = 2,40104E-03$. Por ser um resultado muito baixo, o teste apontou que o modelo MQO não é adequado para o estudo, indicando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios. Excluindo o modelo MQO, efetuou-se o teste de Hausman, para escolher entre efeitos aleatórios e fixos. O resultado do teste indicou um p-valor = probabilidade (qui-quadrado $(12) > 56,5988) = 9,3377E-008$, pelo valor muito baixo, exclui-se a hipótese de que o modelo de efeitos aleatórios é o mais consistente, validando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos.

A Tabela 3 traz os resultados para a Equação 1 do estudo, demonstrando as variáveis determinantes das entradas e das saídas de IDE na análise de regressão.

Tabela 3. Variáveis Determinantes das Saídas de IDE

	IDEinPIB	IDEoutPIB
(constante)	-1,35E+00	-1,31E+00
DmIFRSreq	5,35E-02**8	3,82E-02**
DmIFRSpc	-1,26E-02	-8,43E-03
TempIFRSreq	-6,09E-03**8	-5,68E-03**8
log(PIB)	1,47E-03	-1,80E-02
PIBPC	4,40E-07	1,98E-06**
log(Popul)	8,61E-02	1,11E-01*
AbCom	-7,98E-04**	-7,58E-04**
InfraCel	-2,49E-04	-1,47E-04
Lei	6,96E-02**	5,93E-02**
Corrup	1,61E-03	2,93E-03**8



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Infla	6,35E-04	1,97E-04
CapHum	-2,58E-04	-9,90E-04
R-quadrado	0,394776	0,224988
Estatística F	7,653778	3,307555
P-valor	5,57E-92	1,15E-26
	Efeitos Fixos	Efeitos Fixos
n	113	111
T	1-18	1-18
N	1580	1513

Nota: ***, ** e * representam significante a nível de 0,01, 0,05 e 0,10, respectivamente.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Destaca-se que a variável *DmIFRSreq* apresentou uma relação significativa positiva, dando indícios de que ao adotar as IFRS os países incorreram num aumento relativo de entradas de IDE em 0,05, ou seja, tendo como base os valores mínimos e máximos de *IDEinPIB*, -058 e 4,52, o acréscimo de IDE no primeiro ano de adoção variou nos países de 1,1% a 8,6%. A relação positiva entre a adoção de IFRS e o acréscimo nas entradas de IDE corrobora os estudos de Gordon, Loeb e Zhu (2012) e Chen, Ding e Xu (2014) e contraria os resultados encontrados por Nnadi e Soobaroyen (2015).

A variável que visava medir o efeito anterior a adoção obrigatória, a *DmIFRSpc*, não foi significativa no modelo, demonstrando que não houve um acréscimo nos fluxos de *IDEin* apenas pelo compromisso legal de adotar as IFRS. Tal achado indica que, diferente dos investimentos em portfólio (KIM; SALEM; WU, 2015), as entradas de IDE não são afetadas por notícias institucionais ou macroeconômicas ou, pelo menos, não de forma tão imediata quanto aos investimentos estrangeiros indiretos.

O modelo das variáveis explicativas para o *IDEoutPIB* demonstrou valores significativos para 7 das 12 variáveis da equação. Assim como no modelo explicativo para as entradas de IDE, a variável *DmIFRSreq* indicou uma relação significativa positiva com as saídas de IDE em 0,04. Tendo como base os valores mínimos e máximos de *IDEoutPIB*, -0,90 e 2,20, o primeiro ano de adoção das IFRS resultou em um aumento de 1,8% a 4,4%, sendo assim, o acréscimo nos fluxos de *IDEout* em relação a adoção obrigatória das IFRS foi um pouco menor que para os *IDEin*. Nenhum dos estudos anteriores mediu separadamente a relação entre a adoção das IFRS e as saídas de IDE. Chen, Ding e Xu (2014) tiveram como variável dependente a soma total dos fluxos de IDE, para a qual acharam uma relação positiva com a adoção das IFRS nos primeiros anos do IASB. Gordon, Loeb e Zhu (2012) e Nnadi e Soobaroyen (2015) procuraram encontrar as variáveis explicativas para as entradas de IDE, tendo os primeiros autores encontrado uma relação significativa positiva e os segundos uma relação negativa.

A variável que visava medir o efeito anterior a adoção obrigatória, a *DmIFRSpc*, também não foi significativa para explicar as oscilações nos fluxos de *IDEout*, ou seja, não houve aumento ou redução nos fluxos de saídas de IDE apenas pelo compromisso legal de adotar as IFRS. Infere-se, dessa forma, que assim como o *IDEin*, o *IDEout* não é afetado por notícias institucionais ou macroeconômicas como acontece com os investimentos em portfólio (KIM; SALEM; WU, 2015).

Assim como nas entradas de IDE, nos resultados da regressão para a *proxy* que visa medir o efeito do tempo pós-adoção obrigatória das IFRS, observou-se um resultado significativo negativo, sobre o qual se pode inferir que, a cada ano após o país requerer as IFRS para as empresas de capital aberto, houve uma redução de 0,006 nas saídas de IDE. Logo, o



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



resultado indica que as saídas de IDE foram subtraídas anualmente, após o crescimento expressivo do primeiro ano, em taxas de 0,27% a 0,67%, inferindo-se que, mesmo havendo um decréscimo anual após primeiro ano de IFRS requerido, essa redução é expressivamente menor que o acréscimo do primeiro ano de adoção. Sendo que, a redução do *IDEout* pode significar tanto na retirada de investimento de anos anteriores, que estão alocados em países estrangeiros, quanto a redução de novos investimentos no exterior. Não havendo entre os estudos anteriores a medida da relação para as saídas de IDE, destaca-se que Nnadi e Soobaroyen (2015) encontraram uma relação significativa positiva com o efeito do tempo pós-adoção das IFRS para os países africanos ao medir as variáveis explicativas para o *IDEin*.

A *proxy* para medir o desenvolvimento econômico dos países, *PIBPC*, assim como esperado, demonstrou uma relação positiva com as saídas de IDE. Contudo, o valor agregado ao *IDEout* é baixo, 1,98E-06, representando um acréscimo nas saídas de IDE variando em menos de 0,01% de acréscimo de *IDEout*. O resultado corrobora com os estudos anteriores, dos quais, Stoian (2013) encontrou significância positiva entre o *PIBPC* e o *IDEout*; já a relação significativa positiva entre *IDEin* e *PIBPC* foi achado dos estudos de Hunady e Orviska (2014), Mihalache-O'Keef (2018), Xu (2018) e Konara e Wei (2019).

A variável referente ao tamanho de mercado, a população, demonstrou relação significativa positiva com as entradas de IDE, assim como nos estudos de Stoian (2013), Mihalache-O'Keef (2018), Vadlamannati, Janz e Berntsen (2018) e Konara e Wei (2019). Com a interpretação da variável logaritma, a relação de aumento no *IDEout* foi inferior a 0,01% de acréscimos por número de habitantes.

Assim como no modelo com o *IDEin*, a variável *AbCom* apresentou um resultado significativo negativo em relação as saídas de IDE. A *proxy* para abertura comercial indicou uma redução de cerca de 0,0008, significando uma relação de redução de 0,04% a 0,09% do *IDEout* a cada acréscimo da *proxy* para abertura comercial, atribuindo-se que um maior fluxo de importações e exportações resultou em decréscimo de saídas de IDE. Estudos anteriores que pesquisaram a relação de *AbCom* com o *IDEin* encontraram significância positiva (HUNADY; ORVISKA, 2014; NNADI; SOOBAROYEN, 2015; IAMSIRAROJ, 2016; VADLAMANNATI; JANZ; BERNTSENC, 2018). Stoian (2013) incluiu a variável *AbCom* no seu modelo explicativo para o *IDEout*, mas não encontrou significância estatística.

A *proxy* para medir a força das leis nos países, *Lei*, assim como para os fluxos de entrada de IDE, apresentou relação significativa positiva de cerca de 0,06, o que indica que países que apresentaram maior rigor no cumprimento das leis apresentaram um acréscimo nas saídas de IDE variando entre 2,7% a 6,7%. Esse resultado corrobora os estudos anteriores de Chen, Ding e Xu (2014) em relação à soma de entradas e saídas de IDE, e com Gordon, Loeb e Zhu (2012) e Nnadi e Soobaroyen (2015) que relacionaram a variável *Rule-of-Law* com o *IDEin*.

A significância positiva da variável *Corrup* indicou que países menos corruptos tendem a investir mais em economias estrangeiras. Tal inferência é feita com base no coeficiente positivo de 0,003, o que significa um acréscimo de 0,14% a 0,33% nas saídas de IDE para cada unidade do índice de percepção da corrupção. Para a variável relacionada à corrupção, Nnadi e Soobaroyen (2015) encontrou uma relação positiva em relação ao *IDEin*. Brada *et al.* (2019) desenvolveu modelos para explicar as entradas e saídas de IDE, contudo, ao contrário dos achados da presente pesquisa, os autores encontraram uma relação negativa entre a percepção da corrupção tanto no *IDEin* como no *IDEout*.

Os resultados da regressão tendo como variável dependente *IDEoutPIB* apresentou um potencial explicativo representativo, com R-quadrado de 0,225, tendo em vista que o mínimo aceitável seria de 15% (HAIR *et al.*, 2009). Ainda, ressalta-se que as demais variáveis não apresentaram relação de significância estatística como fator explicativo para as saídas de IDE.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



5 Considerações Finais

Com o presente estudo, pretendeu-se analisar o efeito da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nos fluxos de entradas e saídas de investimento direto estrangeiro (IDE), tendo como amostra os países membros da Organização Mundial do Comércio, no período de 2000 a 2017.

A expectativa era de que os países se adequassem mais rápido as mudanças de ambiente, visando impulsionar seus desempenhos econômicos (DONALDSON, 2001; GERDIN; GREVE, 2008). Contudo, os resultados indicaram que dos 124 países da amostra, cerca de 20% ainda está em fase de adoção das IFRS em 2017, sendo a maioria classificada como países em desenvolvimento. Ainda, verificando o tempo de adoção obrigatória das IFRS, identificou-se uma média de adoção inferior a 4 anos, tendo como valor máximo possível no estudo 17 anos. Constatou-se que o ano de maior adesão das IFRS foi 2005, resultado impulsionado pelos países desenvolvidos, principalmente, pelos países membros da União Europeia. Entre a classificação por continente, a Europa apresentou as médias mais elevadas de *IDEin* e *IDEout* para o período.

Havia, portanto, a expectativa de que a adoção das IFRS traria maior confiabilidade aos investidores de IDE em relação às economias em desenvolvimento, pelas melhorias em qualidade das informações contábeis (MOROSINI; XAVIER JUNIOR, 2015; MITA; UTAMA; WULANDARI, 2018); contudo, tal dado não foi observado no estudo, uma vez que, o aumento dos fluxos de IDE nos países desenvolvidos continuam sendo maiores que para os países em desenvolvimento, mesmo relativizando com o PIB.

Procurou-se verificar a relação entre as entradas e saídas de IDE com a adoção obrigatória das IFRS e, também, se o período quando as IFRS eram permitidas ou consideradas por norma local gerou alguma oscilação nos fluxos de IDE. Além disso, buscou-se saber se o efeito do tempo pós-adoção obrigatória das IFRS teve relação com os fluxos de IDE. Nas análises quanto à relação dos fluxos de IDE com o período pré-adoção obrigatória, quando já existia uma expectativa de adoção prevista em norma local, ao contrário do que acontece com investimentos estrangeiros indiretos (KIM; SALEM; WU, 2015), não houve relação significativa tanto nas entradas, quanto nas saídas de IDE.

A medida do ano de adoção requerida das IFRS apresentou relação significativa positiva para as entradas e saídas de IDE, achado que vai ao encontro dos resultados de Gordon, Loeb e Zhu (2012) e Chen, Ding e Xu (2014). Ao adotar as IFRS, infere-se que os países da amostra tiveram um acréscimo de entradas de IDE, no primeiro ano de adoção, entre 1,1% a 8,6% e acréscimos de saídas de IDE entre 1,8% e 4,4%. Considerando as estatísticas descritivas da variação de IDE em relação a dimensão desses investimentos, na faixa de bilhões de dólares americanos, o papel da adoção das IFRS como variável explicativa se destaca como um fator importante para expansão desses investimentos.

Ao medir o efeito do tempo pós-adoção obrigatória das IFRS em cada país, observou-se um resultado significativo negativo para as entradas e saídas de IDE, resultado que contraria o achado de Nnadi e Soobaroyen (2015). A cada ano pós-adoção requerida das IFRS, houve uma redução das entradas de IDE de 0,3% a 1% e redução das saídas de IDE em 0,27% a 0,67%. Tais decréscimos podem significar tanto como retirada de investimento de anos anteriores, como redução de novos investimentos. Com esse resultado, infere-se que, a adoção das IFRS motivou o aumento das entradas e saídas de IDE num primeiro momento, contudo, nos anos subsequentes, houve uma redução nos fluxos de IDE. Uma explicação para esse achado é que, como destacado por Barth (2015), há uma curva de aprendizagem pós-adoção das IFRS, sendo necessário um tempo para a adequação dos sistemas, treinamento de pessoal, mudanças institucionais, entre outros. Sendo assim, a expectativa de melhorias atribuídas à adoção das



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



IFRS tende a não se concretizar nos primeiros anos, logo, tal fator pode ter gerado um comportamento mais conservador nos investidores, os quais esperavam, inicialmente, incorrer em maiores ganhos do que foi auferido com a adoção das IFRS; devido à percepção lenta de retornos financeiros atrelados à readequação das normas contábeis em cada país.

A *proxy* para abertura comercial indicou uma relação significativa negativa para as entradas e saídas de IDE, indo de encontro aos estudos anteriores (HUNADY; ORVISKA, 2014; NNADI; SOOBAROYEN, 2015; IAMSIRAROJ, 2016; VADLAMANNATI; JANZ; BERNTSENC, 2018). O aumento da soma dos fluxos de importação e exportação, dividida pelo PIB, gerou, dessa forma, um decréscimo de até 14% para as entradas de IDE e de até 0,09% nas saídas de IDE. Esse resultado pode indicar um comportamento conservador das próprias empresas multinacionais, que provavelmente têm mantido a compra de insumos e venda de seus produtos no mercado do país anfitrião do IDE.

A força das leis nos países (*Rule-of-Law*) demonstrou a relação positiva para os fluxos de entrada e saída de IDE, reafirmando os resultados de estudos anteriores (GORDON; LOEB; ZHU, 2012; CHEN; DING; XU, 2014; NNADI; SOOBAROYEN, 2015). Em cada ponto adicionado ao índice de avaliação de força da lei, os países com sistema jurídico mais forte ampliaram suas entradas de IDE em até 12% e as saídas de IDE em até 6,7%. Tal resultado também pode ser associado com a hipótese da Trajetória do Desenvolvimento do Investimento, concebida por Dunning (2006), no ponto em que ambientes institucionais de outros países, como, por exemplo, o vigor do cumprimento de suas leis pode ser um atrativo para o investidor, devido ao risco menor que esses países com um alto índice de *Rule-of-Law* proporcionam aos seus investimentos; assim como, ambientes institucionais semelhantes entre países tendem a ser um fator que amplia os fluxos de entrada e saídas de IDE.

As variações do índice que indica a percepção da corrupção não demonstraram relevância estatística para explicar as oscilações de *IDEin*, contrariando os estudos de Gordon, Loeb e Zhu (2012) e Nnadi e Soobaroyen (2015) para as entradas de IDE. A variável da percepção da corrupção foi significativa apenas no modelo de *IDEout*, para o qual se atribuiu a interpretação que cada ponto a mais no índice, o que indica ser menos corrupto, aumenta entre 2,7% a 6,7% o valor das saídas de IDE. Para esse resultado, infere-se que, um determinado país ser mais ou menos corrupto não é um fator relevante para atrair IDE, contudo, os países menos corruptos são maiores investidores que os demais.

Outras variáveis relevantes apenas para explicar as saídas de IDE são *PIBPC* e *Popul*. Ambas apresentaram relação positiva com os fluxos de *IDEout*. A relação positiva entre *IDEout* e população também foi encontrada na pesquisa de Stoian (2013). Demais estudos pesquisaram a relação das variáveis em relação ao *IDEin*, encontrando igualmente uma relação positiva para ambas variáveis (MIHALACHE-O'KEEF, 2018; KONARA; WEI, 2019).

A internacionalização da economia trouxe novos desafios às empresas multinacionais, que devem ajustar seu ambiente e estratégia aos fatores contingenciais, com a intenção de obter maiores lucros (AHARONI, 2014). Nesse sentido, os governos, para aquecer a economia em seus países, tendem a tomar decisões estratégicas para atrair investimentos na forma de IDE (ADAMS; OPOKU, 2015). Entre essas decisões institucionais, a adoção de um padrão único de contabilidade pode ser compreendida como uma política de alinhamento aos fatores contingenciais, atendendo às novas demandas do mercado internacional, visando expandir a atuação de cada país em investimentos transfronteiriços (NNADI; OMOTESO; YU, 2015). Sendo assim, esperava-se com o presente estudo encontrar uma relação entre a adoção das IFRS, sendo este um fator contingencial, ao aumento dos fluxos de IDE.

Com incremento nos fluxos de entrada e saída de IDE no momento da adoção obrigatória das IFRS, pode-se inferir que a adequação à demanda de padronização das normas



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



contábeis de fato atraiu mais investimentos, assim como, estimularam a saída de IDE. Da mesma forma, a adequação de outros fatores contingenciais, como redução da corrupção, cumprimento das leis e alterações em políticas de importação e exportação, também foram identificados como fatores determinantes para movimentar os fluxos de entrada e saída de IDE.

Com os resultados deste estudo, contribui-se com a literatura sobre os fatores relevantes para aumentar as saídas e entradas de IDE, tendo em vista a importância dessa modalidade de investimento para economia global. Os achados da pesquisa, com inclusão de variáveis ligadas à adoção das IFRS, destacam a importância das decisões sobre normatização contábil para os investimentos transfronteiriços.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, S.; OPOKU, E. E. O. (2015). Foreign direct investment, regulations and growth in sub-Saharan Africa. **Economic Analysis and Policy**, Brisbane, v. 47, p. 48-56.
- AHARONI, Y. (2014). To understand EMNEs a dynamic IB contingency theory is called for. **International Journal of Emerging Markets**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 377-385.
- ALMEIDA, P. R. (2001). A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136.
- ALVARADO, R.; IÑIGUEZ, M.; PONCE, P. (2017). Foreign direct investment and economic growth in Latin America. **Economic Analysis and Policy**, Brisbane, v. 56, p. 176-187.
- BARTH, M. E. (2015). Commentary on prospects for global financial reporting. **Accounting Perspectives**, Toronto, v. 14, n. 3, p. 154-167.
- BEN OTHMAN, H.; KOSENTINI, A. (2015). IFRS adoption strategies and theories of economic development: effects on the development of emerging stock markets. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, Bingley, v. 5, n. 1, p. 70-121.
- BRADA, J. C. *et al.* (2019). National levels of corruption and foreign direct investment. **Journal of Comparative Economics**, San Diego, v. 47, n. 1, p. 31-49.
- BUI, B.; DE VILLIERS, C. (2017). Business strategies and management accounting in response to climate change risk exposure and regulatory uncertainty. **The British Accounting Review**, Portsmouth, v. 49, n. 1, p. 4-24.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (2008). Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, B.; CARDOSO, F.H.; FONT, M. (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, p. 4-20.
- CAVUSGIL, S. T. *et al.* (2014). **International business: the new realities**. 2. ed. Melbourne: Pearson.
- CHEN, C. J. P.; DING, Y.; XU, B. (2014). Convergence of accounting standards and foreign direct investment. **The International Journal of Accounting**, Champaign, v. 49, p. 53-86.
- COHEN, S. D. (2007). **Multinational corporations and foreign direct investment: avoiding simplicity, embracing complexity**. New York: Oxford University Press.
- CURADO, M. C.; CRUZ, M. (2012). Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 275-300.
- DOLABELLA, M. M. (1996). Globalização e contabilidade: modelos contábeis de avaliação das empresas multinacionais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 29-39.
- DONALDSON, L. (2001). **The contingency theory of organizations**. Thousand Oaks: Sage. 2001.
- DUNNING, J. H. (1988). The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, Columbia, v. 19, n. 1, p. 1-31.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



DUNNING, J. H. (2006). Towards a new paradigm of development: implications for the determinants of international business activity. **Transnational Corporations**, Amsterdam, v. 15, n. 1, p. 173-228.

GERDIN, J.; GREVE, J. (2008). The appropriateness of statistical methods for testing contingency hypotheses in management accounting research. **Accounting Organizations and Society**, Oxford, v. 33, n. 7-8, p. 995-1009.

GHOVAR, Abdul *et al.* **Corporate governance and contingency theory**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

GORDON, L. A.; LOEB, M. P.; ZHU, W. (2012). The impact of IFRS adoption on foreign direct investment. **Journal of Accounting and Public Policy**, [s.l], v. 31, p. 374-398.

HAIR, J. F. *et al.* (2009). **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman.

HEARN, B.; PIESSE, J.; STRANGE, R. (2010). Market liquidity and stock size premia in emerging financial markets: the implications for foreign investment. **International Business Review**, Brussels, v. 19, n. 5, p. 489-501.

HUNADY, J.; ORVISKA, M. (2014). Determinants of Foreign Direct Investment in EU Countries—Do Corporate Taxes Really Matter? **Procedia Economics and Finance**, [s.l], v. 12, p. 243-250.

IAMSIRAROJ, S. (2016). The foreign direct investment—economic growth nexus. **International Review of Economics & Finance**, Greenwich, v. 42, p. 116-133.

IAMSIRAROJ, S.; ULUBASOGLU, M. A. (2015). Foreign direct investment and economic growth: A real relationship or wishful thinking? **Economic Modelling**, Surrey, v. 51, p. 200-213.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION - IFRS. **Adoption guide**. London: Publications Department of IFRS Foundation, 2013. Disponível em: <https://www.ifrs.org/-/media/feature/around-the-world/adoption/ifrs-foundation-adoption-guide-2013.pdf?la=en>. Acesso em: 25 out. 2018.

JAVORCIK, B. S. (2004). Does foreign direct investment increase the productivity of domestic firms? In search of spillovers through backward linkages. **American Economic Review**, Nashville, v. 94, n. 3, p. 605-627.

KIM, S. J.; SALEM, L.; WU, E. (2015). The role of macroeconomic news in sovereign CDS markets: domestic and spillover news effects from the US, the Eurozone and China. **Journal of Financial Stability**, [s.l], v. 18, p. 208-224.

KONARA, P.; WEI, Y. (2019). The complementarity of human capital and language capital in foreign direct investment. **International Business Review**, Brussels, v. 28, n. 2, p. 391-404.

LIMA, U. M.; OLIVEIRA, I. T. M. A (2015). Trajetória recente dos fluxos de investimento externo direto entre Brasil e Estados Unidos: características setoriais e condicionantes econômicos. **Boletim de economia e política internacional**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 20, p. 55-70.

MAKIELA, K.; OUATTARA, B. (2018). Foreign direct investment and economic growth: exploring the transmission channels. **Economic Modelling**, Surrey, v. 72, p. 296-305.

MIHALACHE-O'KEEF, A. S. (2018). Whose greed, whose grievance, and whose opportunity? Effects of foreign direct investments (FDI) on internal conflict. **World Development**, Oxford, v. 106, p. 187-206.

MITA, A. F.; UTAMA, S.; WULANDARI, E. R. (2018). The adoption of IFRS, comparability of financial statements and foreign investors' ownership. **Asian Review of Accounting**, Bingley, v. 26, n. 3, p. 391-411.

MOROSINI, F. C.; XAVIER JUNIOR, E. C. (2015). Regulação do investimento estrangeiro direto no Brasil: da resistência aos tratados bilaterais de investimento à emergência de um novo





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10° Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10° Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3° UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



- modelo regulatório. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 420-447.
- NIYAMA, J. K. (2010). **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- NNADI, M.; OMOTESO, K.; Yu, Y. (2015). Does regulatory environment affect earnings management in transitional economies? An empirical examination of the financial reporting quality of cross-listed firms of China and Hong Kong. **International Finance Review**, Bingley, v. 16, n. 1, p. 245-276.
- NNADI, M.; SOOBAROYEN, T. (2015). International financial reporting standards and foreign direct investment: the case of Africa. **Advances in Accounting**, [s.l], v. 31, n. 2, p. 228-238.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. (2008). **Benchmark definition of foreign direct investment**, 4th ed., [s.l]. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/40193734.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.
- OTLEY, D. T. (2016). The contingency theory of management accounting and control: 1980–2014. **Management Accounting Research**, London, v. 31, p. 1–18.
- RAZIN, A.; SADKA, E. (2012). **Foreign direct investment: analysis of aggregate flows**. New Jersey: Princeton University Press.
- SCHLEE, P. C. (2005). Investimento Internacional e Desenvolvimento. *In*: BARRAL, W. (org.). **Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento**. São Paulo: Singular, 259-288.
- STOIAN, C. (2013). Extending Dunning's investment development path: The role of home country institutional determinants in explaining outward foreign direct investment. **International Business Review**, Brussels, v. 22, n. 3, p. 615-637.
- STOIAN, C.; MOHR, A. (2016). Outward foreign direct investment from emerging economies: escaping home country regulative voids. **International Business Review**, Brussels, v. 25, n. 5, p. 1124-1135.
- THOMPSON, G. (2000). Economic globalization? *In*: HELD, D. (org.). **A globalizing world: culture, economics e politics**. London: The Open University, p. 85-126.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2018**. Berlin, 2018. Disponível em: <https://www.transparency.org/cpi2018/>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL - UN. **World economic situation and prospects 2019**. New York: United Nations Publication, 2019. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/WESP2019_BOOK-web.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.
- VADLAMANNATI, K. C.; JANZ, N.; BERNTSEN, O. I. (2018). Human rights shaming and FDI: effects of the UN Human Rights Commission and Council. **World Development**, Oxford, v. 104, p. 222-237.
- WORLD BANK - WB. **World bank open data**. Washington, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 05 dez. 2018.
- WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO. **What is the WTO?** Geneva, 2018. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/whatis_e.htm. Acesso em: 05 dez. 2018.
- XU, T. (2018). Economic freedom and bilateral direct investment. **Economic Modelling**, Surrey, v.78, p. 172-179.
- ZEFF, S. A. (2014). A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, p. 300-320.
- ZHAI, W. Competing back for foreign direct investment. (2014). **Economic modelling**, Surrey, v. 39, p. 146-150.